



# TEXTO PARA DISCUSSÃO

ISSN 0103-9466

340

## Considerações sobre o trabalho e a crítica à racionalidade econômica em Andre Gorz

Denis Maracci Gimenez

José Dari Krein

Amilton Moretto

Maio 2018

# Considerações sobre o trabalho e a crítica à racionalidade econômica em Andre Gorz

Denis Maracci Gimenez<sup>1</sup>

José Dari Krein<sup>1</sup>

Amilton Moretto<sup>2</sup>

## Introdução

A questão central de importantes trabalhos de André Gorz diz respeito a necessidade de atualizar a discussão sobre a racionalidade econômica, a partir das transformações no mundo do trabalho, em que os instrumentos de reprodução desta racionalidade se tornaram mais complexos e sofisticados<sup>3</sup>. A sua tese básica é de que vivemos um processo de abolição do trabalho<sup>4</sup> ou, ao menos, um processo de perda da sua centralidade.

Nos anos recentes, acentuou-se consideravelmente a tendência histórica do capitalismo de redução da necessidade de “trabalho vivo” para a produção de riqueza e atendimento das necessidades básicas do Homem. Isso decorre da incorporação dos avanços técnico-científicos na produção de bens e serviço, notadamente da tecnologia microeletrônica, que permitiu elevado grau de automação do processo produtivo. Diante deste fato, emerge o problema de como superar a chamada “sociedade salarial”<sup>5</sup>.

O objetivo destas notas é caracterizar a dimensão da crítica de André Gorz à sociedade capitalista, centrada sobre o predomínio da racionalidade econômica frente às outras esferas de sociabilidade, predomínio esse, cuja expressão maior reporta-se à conformação característica de uma “sociedade do trabalho”. Dessa maneira, começamos nossa análise pela compreensão de Gorz sobre a racionalidade econômica para então refletirmos sobre sua visão crítica do trabalho em face da racionalidade econômica. Com efeito, a crítica da sociedade do trabalho realizada por Gorz, toma a forma particular na análise sobre a experiência social-democrata e dos limites do Estado-Providência no que tange à construção de uma sociedade para além da sociedade do trabalho tal como a conhecemos na modernidade.

---

(1) Professores do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (Cesit) do Instituto de Economia da Unicamp.

(2) Professor da Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA.

(3) André Gorz (pseudônimo de Gerhard Horst, nascido em 1924, em Viena) está radicado na França desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Sartreano, a partir de 1941 foi co-diretor da revista *Les Temps Modernes*, junto com Simone de Beauvoir, Jean Paul Sartre, entre outros. Entre suas principais obras estão “História e Alienação”, “O Traidor”, “A Metamorfose do Trabalho: crítica a racionalidade econômica”, “Adeus ao Proletariado”, “Ecologia e Liberdade”, “Os Caminhos do Paraíso”, “Capitalismo, Socialismo e Ecologia”, além de seu “Miséria do Presente, Riqueza do Possível”.

(4) Josué Silva, (1999), mostra que o trabalho “Adeus ao Proletariado” significa uma importante inflexão no pensamento de Gorz, ao admitir que o marxismo encontra-se em crise, pois dois elementos básicos desta teoria não se confirmaram: 1) o desenvolvimento das forças produtivas não desembocou no socialismo, já esta funciona de acordo com a lógica da racionalidade capitalista e aprendeu a conviver com as crises e; 2) a classe operária oriunda do processo de industrialização não tem capacidade para administrar os meios de produção, e os seus interesses nem sempre coincidem com a racionalidade socialista. A partir deste diagnóstico começou a centrar a sua análise na tese do fim do trabalho assalariado.

(5) Conforme tratada por Robert Castel. *As metamorfoses da questão social*. Petrópolis: Vozes, 1998.

Por fim, nos remetemos às proposições do autor para a superação da sociedade do trabalho nos marcos do modelo de modernização capitalista que sobrepõe a esfera econômica à todas as outras esferas da sociabilidade humana. Em outras palavras, trata-se de uma reflexão cujo objetivo é frear a racionalidade econômica como principal elemento dinâmico da vida social. Temas como a liberação do tempo de trabalho e o desenvolvimento de atividades auto determinadas, a redução do tempo de trabalho, limitação do consumo e a questão ecológica, redistribuição do trabalho útil presente na sociedade são recorrentes em suas proposições e são aqui analisados.

## 1 Análise de Gorz sobre a racionalidade econômica

A preocupação central de Gorz é compreender a força com que a racionalidade econômica penetra em todas as esferas da vida do indivíduo, determinando-a e sobrepondo-se às relações espontâneas, afetivas e de solidariedade. Para ele, a racionalidade econômica é uma característica própria do capitalismo, que nasce com a modernidade. Segundo ele, “a racionalidade econômica, que é uma forma particular de racionalidade “cognitivo-instrumental”<sup>6</sup>, não somente se estende abusivamente a ações institucionais ao que é inaplicável, como também chega a colonizar, a reificar e mutilar até o tecido relacional de que dependem a integração social, a educação e a sociabilidade dos indivíduos”. (Gorz, 1997, p. 142).

A origem da racionalidade econômica, como apresentada por Gorz, está na introdução do cálculo contábil. Este se desenvolve no momento em que as pessoas já não produzem para o consumo próprio, mas para o mercado, ou seja, quando o trabalho tem como finalidade o intercâmbio mercantil, realizado na esfera pública e mediado, no mercado, pelo dinheiro, sem estabelecer nenhum vínculo entre o produtor e o comprador. Tudo se constitui em mercadoria, que possui um valor de troca e, portanto, necessita ser calculada. Assim, passa-se a calcular a quantidade de trabalho por unidade de produto. É uma medida quantitativa que elimina toda a importância, ou a existência, de prazer ou desagrado na atividade desenvolvida, não se dimensiona a qualidade do esforço dispensado, nem se considera a relação afetiva ou estética do trabalhador com o produto do seu trabalho. O cálculo, para o autor, é a forma de racionalização reificadora por excelência.

O cálculo contábil substituiu, assim, a ordem natural por uma ordem formal, que impõe às relações sociais “um rigor absolutamente opressivo”. O cálculo capitalista acaba por tornar-se gerador de uma nova ordem. “Esta ordem, proporciona um marco rígido, tranquilizador, imperativo, incontestável, independente de toda a vontade humana” (Gorz, 1997, p. 150). Dessa forma, a racionalidade econômica emancipou-se de todas as outras racionalidades preexistentes, fazendo *tabula rasa* de todos os valores e fins irracionais (substituindo, por exemplo, a moral religiosa). A relação entre as pessoas passou a ser intermediada pelo dinheiro, entre as classes, a relação passou a ser de força e, com a natureza, instrumental, o operário tornou-se um apêndice da máquina.

No contexto do avanço da racionalidade, sobressai, de forma incontestável, o trabalho enquanto valor de troca. Este fato apoia-se no princípio de que é possível racionalizar a vida em suas mais distintas esferas e nas suas mais variadas direções. O trabalho passa a ter uma estreiteza

---

(6) Conforme empregado por Horkheimer e Adorno. *Dialética do esclarecimento*. Rio De Janeiro: Zahar, 1985.

unidimensional, na qual perde importância todo e qualquer aspecto que não seja mensurável. Ao enfatizar essa dimensão “calculável” do trabalho, o empresário capitalista leva a racionalização as suas últimas consequências.

O trabalho remunerado, ao assumir a lógica da racionalidade econômica, deixou de estar vinculado à atividade privada, na qual estava submetido às necessidades do indivíduo. Por outro lado, ele desumaniza aqueles que o realizam, na medida em que separa o trabalhador do produto de seu trabalho: o trabalhador passa a envolver-se com a produção despido de suas vontades e desejos tornando-se simples força de trabalho. Desta forma, pode-se calcular o custo do trabalho e comparar o custo entre os trabalhadores, tornando-os intercambiáveis entre si, como qualquer outra mercadoria.

Com efeito, o capitalismo desenvolve estratégias que submetem o trabalhador à disciplina, impondo-lhe o ritmo do trabalho e, ao retirar-lhe os meios de produção, torna-o dependente do salário para prover a sua sobrevivência (Offe, 1986). O processo de racionalização do trabalho, nesse sentido, “foi uma revolução, uma subversão do modo de vida, dos valores e das relações sociais e, em essência, a invenção, no pleno sentido do termo, de algo que nunca havia existido” (Gorz, 1997, p. 37).

A noção de trabalho, na sociedade capitalista, está fundada na existência de um trabalho útil para o outro, para o qual possui um valor de uso. Em troca deste trabalho útil que realiza, o trabalhador recebe uma compensação financeira, em dinheiro<sup>7</sup>. Gorz aponta três características essenciais do trabalho: i) ele deve ser fornecido na esfera pública e não na esfera privada; ii) ele deve ser destinado aos outros enquanto indivíduos *sociais* e não enquanto indivíduos privados. Ademais, a estas duas se acrescenta uma terceira quando, com o capitalismo industrial, as relações mercantis ganham terreno, iii) o trabalho deve ter validade ou um valor social reconhecido. Este reconhecimento se dará pela possibilidade de trocá-lo com uma quantidade determinada de *qualquer outro trabalho*.

Portanto, “a característica essencial do trabalho – aquele que nós ‘temos’, ‘buscamos’, ‘oferecemos’ – é de ser uma atividade que se desenvolve na esfera *pública*, uma atividade requerida, definida e reconhecida como útil pelos outros que, por este motivo, a retribuem. É pelo trabalho *remunerado* (e particularmente o trabalho assalariado) que nós pertencemos à esfera pública, adquirimos uma existência e uma identidade social (isto é, uma ‘profissão’), somos inseridos numa rede de relações e de trocas na qual nos medimos com os outros e nos vemos conferidos direitos sobre eles em troca de deveres para com eles. Precisamente porque o trabalho socialmente remunerado é o fator de socialização, sem dúvida, mais importante, também para aqueles que o procuram, que para ele se preparam ou dele são privados. Dessa forma, a sociedade industrial é caracterizada como uma ‘sociedade de trabalhadores’ e, deste modo, ela se distingue de todas aquelas que a precederam” (Neutzling: 2001, p. 21<sup>8</sup>). O trabalho socialmente remunerado e determinado é o fator de sociabilidade e de identidade social. Esse trabalho funda a coesão e aponta a cidadania social na era moderna.

---

(7) Como afirma Gorz (1997), o dinheiro, na sociedade capitalista, é a única compensação do tempo perdido.

(8) Cf. Gorz, André. *Metamorfosis del trabajo*. Madrid: Editorial Sistema, 1997. p. 21-22.

Como o capitalismo é a expressão da racionalidade econômica, a ciência econômica é vista com uma pretensa objetividade absoluta, impessoal. “A tecnificação, a reificação, a monetização das relações tem sua âncora cultural nesta técnica de pensar, cujas operações funcionam sem a implicação do sujeito e cujos sujeitos ausentes são incapazes de dar conta de si mesmo” (Gorz, 1997: 165). Portanto, a sociedade fica subordinada à lógica econômica. Na visão do autor, a racionalidade não pode imperar quando existe liberdade para o indivíduo decidir o nível de suas necessidades e o nível de esforço que realizará para satisfazer estas necessidades. Por isso, não pode haver espaço para o auto-consumo e auto-determinação das atividades necessárias. Para o seu triunfo é necessário que o trabalho realizado para produzir bens seja destinado à troca mercantil.

A racionalidade econômica só se impõe quando se elimina a noção de **suficiência das necessidades**. Ou seja, quando o cálculo contábil passa a vigorar, perde-se a noção de suficiência, esta é substituída pela noção de mais e menos, onde elimina-se os limites que se pode atingir, pois o limite para o cálculo é infinito. Transpondo-se para as relações sociais, os indivíduos passam a valorizar a quantidade em vez da qualidade, pois o *status* social passa a ser dado pela posse de uma maior quantidade de riqueza. Assim, **vale mais** o indivíduo que **possui mais** e, na busca por mais riqueza, o indivíduo passa a concorrer com os demais, num movimento “sem fim”. Para Gorz, somente o movimento operário, por meio de suas lutas políticas, vai tentar romper com esta lógica da busca incessante pela riqueza ao buscar limitar a exploração do capital sobre o trabalhador, definindo a quantidade de trabalho de todos.

Porém, existe um limite para a produção, dado pelo consumo que não pode crescer muito além do que as necessidades exigem. Este fato coloca para a racionalidade econômica um problema que lhe tira a “base natural” – as necessidades dos indivíduos – pois a produção crescente só pode se realizar diante de um consumo crescente. Na solução deste dilema, dois caminhos podem ser seguidos: um que se imponha limites a produção; e outro em que se faça crescer o consumo, colocando este a serviço da produção.

A supremacia deste último caminho tornou necessária a eliminação das diferenças entre necessidades, desejos e fantasias, tornando-as todas em necessidades “urgentes”. O objetivo é a criação de uma demanda para aqueles bens mais rentáveis, reproduzindo-a sem cessar. A direção tomada pela produção é concentrar-se em produzir os bens de maior valor agregado, aqueles que trazem maior rentabilidade, independentemente se são os bens fundamentais para a satisfação das necessidades dos indivíduos. O caminho percorrido é a geração de escassez – fictícia – em meio a opulência, reproduzindo as desigualdades numa escala crescente.

Deixando-se de lado a coação ao labor, decorrente da “criminalização” dos que não trabalham, surgem métodos incitativos para se “amar” este mesmo trabalho, educando o trabalhador para ter ou buscar ter trabalho como meio de ganhar dinheiro. A compensação pelo trabalho passa a existir fora do próprio trabalho. O aumento da necessidade de ganhar dinheiro é otimizado pela publicidade comercial, propondo a ele a idéia de obter satisfação ou prazeres privados, estritamente individuais, em que, por exemplo, o acesso aos bens – cigarros, álcool ou automóveis muito rápidos ou luxuosos etc. – passa a ser a compensação pelo trabalho executado. Como esta compensação está desvinculada do trabalho realizado, a alienação e dominação não só está no processo de trabalho como também está articulado com o consumo. Estes bens e serviços

compensatórios não são, por definição, bens e serviços necessários ou mesmo úteis. No mais das vezes eles se apresentam como bens de luxo, supérfluos, que dão ao seu proprietário a noção de ser um privilegiado, que o protege de seu ambiente funcional. Assim, com o consumo desses bens supérfluos, o trabalhador pode se evadir do universo coletivo em que vive para um **ninho de soberania privada**, onde efetivamente se verifica a compensação pelo trabalho árduo desenvolvido.

A contradição da racionalidade econômica leva, de forma crescente, à redução do gasto com bens e serviços para satisfazer as necessidades básicas e ao aumento do consumo de bens e serviços para suprir as *necessidades criadas* pelo marketing e pelo processo de inovação constante dos produtos. Nessa direção, a lógica da racionalidade econômica não leva a eliminação da pobreza e das desigualdades sociais. Ao contrário, ela tende a intensificá-la, pois combater a pobreza significaria desviar recursos para a população satisfazer aquelas necessidades de menor custo e menor rentabilidade (Gorz, 1997, p. p.159).

Assim, hoje, ao lado do trabalho regulado de forma heterônoma, dentro de uma racionalidade estrita, que visa tão somente a redução de custos e crescimento da riqueza, as condutas individuais dos trabalhadores não mais se impõem através da “polícia dos pensamentos”, mas sim através da propaganda, manipulação suavemente insinuante que instrumentaliza, com fins econômicos, os valores não econômicos.

## 2 Visão crítica do trabalho em face da racionalidade econômica

André Gorz faz uma importante distinção entre trabalho (*Arbeit*) e ‘*ganha pão*’ (*Erwerbsarbeit*) ou emprego<sup>9</sup>. “Trabalho, em sentido antropológico, jamais desaparecerá enquanto a humanidade existir. Todas as sociedades fundaram-se no trabalho em sentido antropológico (*Arbeit*), no trabalho como realização e tendência da natureza, através da atividade do ser humano”. Mas essa noção de trabalho foi colocada em segundo plano, suplantado pelo trabalho mercantilizado, alienado, cujo pertencimento e determinação é dado externamente a quem o realiza. Isto aparece tanto na forma do trabalho assalariado, ou pela subordinação direta do trabalho ao capital. “Não falo em ‘fim do trabalho’ no sentido propriamente ontológico, mas, sim, no fim do trabalho fordista. O trabalho organizado socialmente será sistematicamente extinto, sem que o espaço de tempo livre que surge através da eliminação do trabalho possa ser apropriado por aqueles que trabalham” (Gorz: 2000: 10).

Neste sentido, distingue três tipos de atividades humanas:

- 1) O trabalho com fim econômico, que se realiza com vista a um pagamento, geralmente em forma de dinheiro. É trabalho destinado para o intercambio mercantil, para ‘*ganhar a vida*’.
- 2) O trabalho doméstico e para si mesmo, em que a própria pessoa é o principal destinatário e beneficiário. São as atividades que garantem a reprodução, tais como o trabalho doméstico de cozinhar, da limpeza e da saúde, a educação dos filhos, etc.

---

(9) A diferença entre “emprego” e “trabalho” aparece em Gorz, A. *Adeus ao proletariado – Para além do socialismo*: Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

3) As atividades autônomas são as que contêm um fim em si mesmo, independente do atendimento de necessidades imediatas. Elas contribuem para um pleno desenvolvimento das pessoas, enriquecendo-as e sendo fonte de sentido e de alegria, tais como as: artísticas, filosóficas, científicas, relacionais, educativas, caritativas, de ajuda mútua, de autoprodução, etc.

O primeiro tipo de atividade é considerado, pelo autor, como trabalho **heterônomo**, pois é socialmente dividido, especializado e profissionalizado e executado com vistas à troca mercantil, e não é determinado pela própria pessoa. Os dois últimos tipos de atividades, por sua vez, são considerados **autônomos**, pois são para o próprio fim da pessoa, que não necessariamente atende a uma necessidade objetiva, mas pode estar relacionado com o desejo de verdade, de belo, de bem.

O trabalho, no seu sentido econômico, enquanto atividade humana predominante – e remunerada – é um fenômeno recente, que adveio com o capitalismo industrial. É, portanto, uma invenção da modernidade, criada e generalizada pela industrialização, de tal maneira que a sociedade industrial é, a princípio, uma ‘sociedade de trabalhadores’, que se distingue de todas aquelas que a precederam. Portanto, o conceito moderno de trabalho representa, por isto, uma categoria sócio-histórica, não uma categoria antropológica<sup>10</sup>.

Desde Platão tem-se a idéia de que a liberdade, como reino do ser humano, só existe quando este se liberta do mundo das necessidades do corpo e de sua dependência do meio em que vive, momento em que passa a ser sujeito capaz de uma conduta moral, dependendo apenas de sua vontade soberana. Marx, no Livro III de O Capital, situa o reino da liberdade onde termina o trabalho imposto pela miséria e pela coação dos fins externos, ou seja, além da produção material.

Na Cidade Antiga, a economia era uma atividade privada, desenvolvida no ambiente familiar, que decorria de sua necessidade de sobrevivência. A liberdade, por sua vez, existia fora da economia, na esfera pública – na *polis* – onde todos eram iguais entre si, ao passo que no ambiente familiar vigia a mais alta desigualdade entre seus membros. Inexistia, portanto, a figura do trabalhador.

A idéia contemporânea de trabalho só surge com o capitalismo fabril. Até então, haviam os obreiros que, com sua obra, produziam bens que eram adquiridos por outras pessoas. Neste período, apenas os exercentes de funções menos qualificadas recebiam por seu trabalho. As corporações de ofício visavam combater a modernização, bem como a fixar preços e salários.

Até o início do século XIX, na Inglaterra, e até o final deste mesmo século, no restante da Europa, verificou-se a coexistência do capitalismo industrial com o trabalho domiciliar. Este não era, em verdade, um meio de subsistência, mas sim um modo de vida. Passa-se, então, a ser desenvolvida a organização científica do trabalho, num esforço constante para se separar o trabalho como categoria econômica quantificável da pessoa do trabalhador. Dentro desta ótica, surgiram as dificuldades com a mentalidade dos trabalhadores do final do século XVIII, que se contentavam em trabalhar apenas o suficiente para ganhar o necessário à sua sobrevivência, o que vai contra a busca

---

(10) A ideologia conservadora do trabalho tem como centro os seguintes pressupostos: 1) quanto mais trabalha cada pessoa, melhor ela se encontra o mundo; 2) os que trabalham pouco, ou não trabalham, causam prejuízo à sociedade e não merecem ser membro dela; 3) quem trabalha bem triunfa socialmente e quem não triunfa é responsável pelo seu fracasso. (Gorz, 1997, p. 279).

de menores custos de produção, e que gerou o sistema de trabalho por produção, no qual o trabalho era mal remunerado com vistas a forçar os trabalhadores a se dedicarem mais tempo ao seu ofício. Estas mesmas dificuldades foram as causadoras do ingresso de menores e de mulheres no mercado de trabalho desta época, os quais não haviam sido tomados pela mentalidade pré-capitalista.

É aí que o trabalho deixa de ser parte da vida para ser um meio de se ‘ganhar a vida’. Com isso, Marx elabora a idéia do trabalho abstrato, quando no lugar do obreiro trabalhador surgirá o trabalhador consumidor, ou seja, o indivíduo que não consome nada daquilo que produz, mas que tem no trabalho o fim de ganhar o que lhe dará condições de comprar as mercadorias produzidas e definidas pelo sistema social em seu conjunto. “A centralidade do trabalho significa a busca frenética de eficácia, como afã nervoso de produção e ânsia incontida de subjugação da terra, possuindo-a. A revolução industrial instaura com vigor uma verdadeira ditadura do modo-de-ser-trabalho como intervenção, produção e dominação” (Neutzling, 2001, p. 13).

A reprodução do sistema do trabalho remunerado é, também, assegurada, na visão do autor, através de uma hetero-regulação, que pode ser de dois tipos: 1) via o mercado (auto-regulável) e 2) via uma regulação programada. A racionalidade econômica confere peso crescente a hetero-regulação programada. Isto significa que os indivíduos são induzidos a funcionar de forma complementar, como uma peça da engrenagem. Os instrumentos reguladores podem ser **incitativos**, que em troca da venda da força de trabalho, pode ter acesso a dinheiro, a segurança, o prestígio. Ou pode ser um instrumento de **regulação prescritiva**, onde exige-se certas condutas e certos procedimentos, sob pena de sanção. Em síntese, o trabalho é considerado cada vez mais como um dever moral, como uma obrigação social e como a forma de êxito pessoal.

Segundo Gorz, por um lado, a massa realiza um trabalho cada vez mais especializado, motivada por objetivos incitativos, e, por outro, a elite procura organizar as condições de funcionamento e regulação das organizações no seu conjunto, determinando as finalidades e a estrutura das administrações correspondentes e definindo os mecanismos reguladores, incitativos e prescritivos<sup>11</sup>. Assim desenvolve-se uma administração pública e privada cada vez mais *invasora*, que ele denomina de megamaquinária<sup>12</sup> industrial estatal, que tende a separar a esfera civil autoregulada, que fica cada vez mais reduzida, e um estado dotado de poderes de hetero-regulação cada vez mais amplos.

O problema da sociedade capitalista e a razão central de seus conflitos políticos, desde o início têm sido os limites em que deve ser aplicada à racionalidade econômica (Gorz, 1991, p. 168). Como demonstrou Polanyi, a auto-regulação via mercado tende a ter um caráter destrutivo. Nesta perspectiva, a partir do trabalho assalariado foram sendo criados mecanismos de regulação econômica e social. Do trabalho remunerado estrutura-se a função social do Estado, construído no decorrer da história do capitalismo. Particularmente, na visão do autor, na sociedade fordista, o trabalho foi a base de um *status* e de um direito social, ambos ligados a ele<sup>13</sup>. Ou seja, no decorrer

---

11 Gorz (Op. cit., p. 55, 56).

12 Este raciocínio está baseado em Weber, que corresponde ao processo de burocratização.

13 Castel, demonstrou que houve a construção histórica de um sistema de proteção social, baseado no assalariamento, que garantiu uma série de direitos sociais e de cidadania e, ao mesmo tempo, limitou a liberdade das empresas em explorar o trabalho humano. Castel, Robert. *As metamorfoses da questão social*. Petrópolis: Vozes, 1998.

do século XX construiu-se um sistema de proteção social (Estado Social). O sistema de direitos construídos fez com que houvesse uma combinação entre exploração e obrigação social do capital. Atualmente, nos “transformamos numa sociedade na qual o trabalho nem é auto-apropriado, auto-atividade no sentido filosófico, nem tampouco vinculado a direitos sociais e econômicos. Isto significa que o neoliberalismo, associado à globalização, desmontou aquilo a que o capital sempre foi antipático – ou seja: a conexão entre exploração e obrigação social” (Gorz, 2000, p. 12). Em síntese, a partir da crise dos anos 70 ocorreu uma substituição do ‘Estado Social’ pelo ‘Estado do Capital’<sup>14</sup>.

A análise de sua crítica da sociedade do trabalho deve considerar também sua reflexão sobre as possibilidades da transformação social, assim como a determinação dos agentes desta transformação. Gorz, refazendo o percurso histórico do pensamento crítico sobre a sociedade capitalista, aporta nas reflexões da Escola de Frankfurt. A leitura crítica dos frankfurtianos, com base no materialismo histórico, supõe que no campo teórico seja sempre possível distinguir as forças sociais que lutam pela emancipação como fim histórico. Neste sentido, os pensadores da Escola Frankfurt, em princípio, confessam a identificação do agente fundamental da emancipação, qual seja, a classe trabalhadora, cujo objetivo essencial no campo das lutas sociais, era, senão outro, que o embate com as forças do capital.

Com efeito, a questão colocada por Gorz remete à questão colocada anteriormente pelos frankfurtianos diante do advento do stalinismo, do nacional-socialismo e da opulência do capitalismo avançado no pós-guerra, e que, em linhas gerais, permanece sem resposta. Historicamente, o principal ator da transformação, a classe operária, deu evidentes demonstrações dos limites de sua crítica ao modelo de modernização capitalista, assim como aos limites da experiência do socialismo real. Segundo Gorz, “o eclipse de seu vigor crítico” prolongou-se durante o período de crescimento e prosperidade do pós-guerra, frente às formas sutis, difusas e culturais de dominação sobre o “trabalhador-consumidor”<sup>15</sup>.

O desenvolvimento da reflexão dos frankfurtianos acaba por encontrar na desumanização produzida pelas próprias relações sociais no capitalismo, uma população também desumanizada, ao mesmo tempo incapaz de avançar no sentido da mudança e funcional à perpetuação do sistema. Repousa nesta análise o pano de fundo da crítica de Gorz a social democracia e aos limites do Estado-Providência, que trataremos a seguir.

### **3 A crítica de Gorz ao Estado-Providência e a social democracia**

Uma das dimensões da crítica à racionalidade econômica feita por André Gorz envolve a constituição, o desenvolvimento e as características fundamentais do que se convencionou denominar, a partir da social democracia européia, de *Estado-Providência*. A reflexão de Gorz sobre os limites das políticas social-democratas que avançam de forma característica no pós-guerra entre os países desenvolvidos, parte de uma questão central em sua análise global sobre o problema, qual seja, afirmar que, o que se discute em termos da experiência dos “anos de ouro” não diz

---

(14) Cf. Gorz, A. *Miserias del Presente, Riqueza de lo Posible*. México DF: Paidós, 1998.

(15) *Idem*, p. 138.

respeito simplesmente ao desigual desenvolvimento dos critérios e dos meios de regulação, mas sim, se refere ao **modelo de modernização capitalista** [grifo nosso] que segue um padrão de desenvolvimento, conseqüência da racionalidade cognitiva-instrumental contida no âmbito da vida, gerador de perturbações na reprodução simbólica do mundo real<sup>16</sup>.

Na realidade, para Gorz, o modelo de modernização constitutivo do capitalismo, trouxe não somente à teoria econômica, mas ao conjunto das ciências sociais, um conseqüente problema, que desta feita envolve os limites à aplicação da racionalidade econômica na vida social.

Historicamente, o problema da definição de limites à aplicação da racionalidade econômica é colocado por Gorz através de diversas correntes do pensamento social. A crítica à racionalidade econômica irrestrita, como demonstra, está contemplada mesmo entre os liberais, como Hayek, que afirma a impossibilidade do cálculo econômico exercer um papel fundamental nas decisões dos indivíduos. Para os liberais, e para Hayek não é diferente, existem maiores possibilidades de “ajustamentos ótimos” na escala individual do que na esfera social. Nesse sentido, o essencial é a preservação da liberdade dos indivíduos no que tange sua permanente luta pelos seus interesses, mesmo que seu movimento individual implique certa “irresponsabilidade coletiva”.

A oposição à racionalidade econômica irrestrita toma forma já no final do século XIX, como uma crítica ao liberalismo oitocentista. Se valendo das reflexões de Karl Polanyi em *A Grande Transformação*<sup>17</sup>, Gorz reconstrói a idéia da subordinação do econômico à sociedade, num contexto histórico de crescentes tensões sociais oriundas da progressiva exploração capitalista sobre a classe trabalhadora e dos recorrentes movimentos políticos sociais contrários a ordem vigente. Conforme aponta Polanyi, num primeiro momento, a idéia da subordinação do econômico pela sociedade tem um caráter conservador, no sentido da defesa de tradicionais laços sociais como a família, a posse da terra frente a grande propriedade, entre outros. O desdobramento desse processo, sem dúvida, foi a crescente politização das relações sociais e a progressiva submissão da esfera econômica à sociedade.

O que num terceiro momento desta reconstituição histórica Gorz analisa, são os limites deste processo de politização das relações sociais, que como característica marcante se traduziu na institucionalização de direitos sociais no Estado. A constituição do Estado-Providência para Gorz, ou como denomina Jacques Julliard “social-estatismo”<sup>18</sup>, deve ser compreendida como um processo de substituição da sociedade em seu papel limitador da racionalidade econômica irrestrita, em outras palavras, diante da incapacidade da sociedade se auto regular, o Estado assume o papel regulador. Na visão de Gorz, é disso que tratamos quando observamos os vinte e cinco anos de vigência do compromisso fordista, expansão econômica acelerada e a institucionalização das negociações e dos compromissos entre as classes, como pilares fundamentais de uma ordem socialmente tolerável e materialmente viável, viabilizada por certo desprendimento da racionalidade econômica, mas ao mesmo tempo limitada por ela.

---

(16) Gorz, André. Crítica de la razón económica. In: *Metamorfosis del Trabajo*. Madrid: Editorial Sistema, 1997. p. 143. (1ª edição francesa, 1991).

(17) Polanyi, K. *A grande transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

(18) Citado em Pierre Rosanvalon. *Pour une nouvelle culture politique*. Paris: Le Seuil, 1977.

Mesmo reconhecendo a importância da construção da experiência social-democrata do Estado Providência, Gorz observa criticamente que a redistribuição fiscal dos ganhos da expansão acelerada, da constituição de sistemas previdenciários e de seguridade, de formas amplas de proteção social, supriram, em termos, a dissolução da solidariedade primária e dos vínculos sociais anteriores. Todavia, de fato, esses mecanismos de proteção e promoção social constitutivos do Estado Providência, não foram capazes de criar o essencial para a construção de uma sociedade assentada sobre novas bases, qual seja, “novas expressões de solidariedade”. A impessoalidade inerente ao Estado é a pedra angular dos cidadãos, não se transformarem em agentes ativos do social-estatismo, mas em beneficiários e contribuintes. Nesse sentido, para ele, o divórcio entre o Estado e os cidadãos era algo inevitável, posto que as causas que levaram o Estado, enquanto instituição, a assumir o papel regulador das relações sociais, não foram outras senão a própria fragilidade das formas de organização social produzida pelo capitalismo.

Sua crítica prossegue em relação a forte ação reguladora da ‘megamaquinária’ estatal e privada (empresa) abriu espaço para um movimento de contestação, expressado em 1968, sobre o controle da vida das pessoas. Ao mesmo tempo, na visão do autor, a tentativa da excessiva regulação possibilitou, como contra reação, o florescimento de idéias que deram base para o avanço do neoliberalismo<sup>19</sup>.

De maneira concreta, Gorz toma, por exemplo, os programas de garantia de renda básica para a população, denominado pelos franceses como “mínimo social”. Tal programa, se por um lado atua contra a pura racionalidade econômica, auferindo renda independentemente do trabalho ou da produtividade do indivíduo, por outro está longe de servir a uma racionalidade superior, na medida em que apenas torna suportável a dominação social para segmentos da população. A fragilidade das políticas sociais democratas está posta justamente em sua limitação no que diz respeito a constituição de formas de organização social superiores. Ao contrário, tendem a reforçar o funcionamento do capitalismo, oferecendo condições favoráveis ao seu modelo de modernização.

Nesse sentido, o que obteve de fato a experiência social democrata para Gorz? Na realidade, a integração funcional dos indivíduos a uma teia de proteção social. Para ele, um dos mais evidentes aspectos desta funcionalidade é que tais políticas foram assumidas menos pela sociedade como um todo e muito mais pela própria burocracia estatal. Ademais, em outra medida, a regulação social democrata adquire para ele um papel funcional à estrutura do sistema econômico, dinamizando a capacidade de reprodução ampliada do capital. Nesse quadro, as políticas de redistribuição da riqueza, mesmo que amplas, foram incapazes de gestarem o nascimento de uma sociedade capaz de submeter a economia a seus fins.

Mesmo considerando a leitura de Gorz sobre as experiências da social democracia ao longo do século XX, de certa maneira, refém de automatismos históricos que prejudicam uma visão mais articulada do significado das lutas sociais que produziram os compromissos firmados no pós-guerra e seus decorrentes resultados, observados inclusive na periferia capitalista, não podemos deixar de referendar seu enorme esforço em analisar traços da realidade social contemporânea.

---

(19) Gorz. *Misérias del presente, riqueza de lo posible*. op. cit.

Sua crítica à social democracia e ao Estado-Providência, como ele mesmo afirma, não deve ser interpretada como uma denúncia liberal do “Caminho da Servidão” ladrilhado pela excessiva intervenção estatal na vida econômica, mas ao contrário, deve ser compreendida como uma clara indicação dos estreitos limites da experiência do século XX no que diz respeito a criação de uma nova sociedade, para além da modernização capitalista, capaz de submeter a racionalidade econômica aos seus fins. Entendendo por socialismo a subordinação da racionalidade econômica aos fins da sociedade, uma questão deixada por Gorz sobre nossas alternativas futuras, refere-se à definição de quais os tipos de atividades que podem, ao mesmo tempo, depender desta racionalidade e não perder seu sentido.

Na mesma linha de raciocínio sobre o Estado-Providência, Gorz formula uma crítica ao movimento sindical por não assumir a bandeira do tempo livre (redução do tempo de trabalho), no pós guerra, pois estabelece uma cumplicidade com a entidade patronal ao centrar sua luta na ampliação dos ganhos monetários, o que, por si só, impulsiona a reprodução da racionalidade econômica. A redução da jornada de trabalho não tem sido umas das prioridades das negociações coletivas. Para os empresários, a posição contra a redução da jornada é óbvia, em relação a postura dos sindicatos ele identifica duas razões: 1) eles entendem que a defesa da redução da jornada pode dar argumento ao patrão para redução de vencimentos e; 2) os trabalhadores podem encontrar identificação em outras atividades, o que reduziria a importância dos próprios sindicatos.

#### **4. Crise da sociedade do trabalho e a visão de Gorz sobre as mudanças no capitalismo contemporâneo**

Uma das características fundamentais do trabalho remunerado no capitalismo é a busca de um incremento na eficácia econômica do capital. Neste sentido, o capitalismo, tende a permanentemente revolucionar as forças produtivas, o que define uma tendência histórica de ir prescindindo do trabalho humano para a produção da riqueza.

Na formulação de Marx, tal característica refere-se à não determinação da demanda por trabalho pelo volume do capital global, mas por seu componente variável, que cai progressivamente com o crescimento do capital global. O crescimento do componente variável do capital, ou a força de trabalho nele incorporada, ocorre de acordo com o crescimento do capital global, mas em proporção continuamente decrescente.

Dessa maneira, requer-se uma acumulação acelerada do capital global em progressão crescente, para absorver um número adicional de trabalhadores, que por sua vez, tendem a ser menos aproveitados, já que a própria acumulação crescente e a centralização capitalista convertem-se numa forte mudança da composição orgânica do capital, reiterando o decréscimo de seu componente variável em relação ao componente constante (Marx, 1988, cap. XXIII)<sup>20</sup>.

Os efeitos dessa dinâmica destacada por Marx, do decréscimo do componente variável do capital acelerado pelo seu crescimento global, podem manifestar-se de diversas formas. Por vezes,

---

(20) Marx indica que o processo de acumulação de capital aparece originalmente só como uma questão de ampliação quantitativa, mas que, de fato, esta se traduz numa alteração qualitativa contínua da composição orgânica do capital, com o acréscimo permanente de seu componente constante à custa de seu componente variável (Idem).

pode aparecer como crescimento absoluto da população trabalhadora acima da capacidade de absorção do crescimento global como componente variável. Entretanto, destaca Marx, é a acumulação capitalista que produz constantemente uma **população supérflua ou subsidiária**, pelo menos no que se refere ao seu aproveitamento direto no processo de acumulação de capital (Marx, op. cit.).

A população supérflua, ou em suas palavras, a existência dessa “superpopulação relativa” é explicitada em matizes variadas. Na figura dos desocupados parciais, daqueles inteiramente desocupados, o chamado “sobretabalho líquido”, ambos próximos aos centros capitalistas modernos; pelo “sobretabalho latente”, materializado na massa de trabalhadores que ainda não estão incorporados à lógica da exploração capitalista, mas estão prontos à servi-la e a serem incorporados; ou ainda no pauperismo, o mais profundo sedimento da superpopulação relativa, os “estagnados”, vagabundos, delinquentes, maltrapilhos e inaptos que podem estar aptos ao trabalho, porém longe da intenção de serem aproveitados<sup>21</sup>.

Na visão de Gorz, a partir da interpretação de Marx, há uma tendência histórica de substituição do “trabalho vivo pelo trabalho morto”, em que se retoma a utopia de Marx e Hegel de que o trabalho terá de ser revogado. Essa tendência acentua-se no final do século XX, impulsionada pelas mudanças na base técnica, principalmente com o que denomina indústria pós-fordista.

A sua leitura das transformações recentes no mundo do trabalho é bastante crítica, identificando elementos que sustentam a sua tese da impossibilidade de continuar estruturando o bem-estar social e a coesão da cidadania a partir do trabalho assalariado. Ao invés do tempo liberado ser apropriado pelas pessoas, ele está sendo submetido à lógica da racionalidade econômica, forjando uma segmentação e desintegração da classe trabalhadora. O sinônimo das mudanças, nas suas palavras, é “todos precários”<sup>22</sup>, ou seja, avança, de forma clara, rumo a barbarização e não a civilização.

O resultado social deste movimento foi a separação dos trabalhadores em dois grupos: um núcleo central, integrado diretamente ao processo produtivo, com jornadas de trabalho estáveis e plena, mais qualificados e detentores de maior polivalência e mobilidade ocupacional, mas trabalhando de forma muito mais intensa; e outro, periférico, com inserção precária, muitos interinos, com jornadas e salários variáveis. As mudanças organizacionais de gestão da mão-de-obra, a terceirização e a sub-contratação, constituíram-se em mecanismos eficazes de redução da remuneração e de subordinação do trabalho ao capital.

Ainda que exista diferenciação entre os grupos, para Gorz, de forma geral todos perderam. A precarização – redução de salários, deterioração das condições e intensificação do trabalho –

---

(21) Essa lógica de funcionamento peculiar do capitalismo moderno, segundo Marx, era impraticável na infância do capitalismo. Nesse período, a alteração lenta da composição orgânica do capital estava dada pelo limite dos braços a serem explorados, o que inicialmente fora resolvido de forma violenta no processo de “acumulação primitiva de capital”. Marx aponta que a expansão da produção capitalista se torna possível a partir da disponibilização de farto material humano, que independa do crescimento absoluto da população. “...não basta à produção capitalista de modo algum, o *quantum* de força de trabalho disponível o crescimento natural da população fornece, ela precisa, para ter liberdade de ação, de um exército industrial de reserva, independente dessa barreira natural” (Marx, op. cit., p. 193).

(22) É o título de um capítulo do livro *Miserias del Presente, riqueza de lo posible*, op. cit.

atingiu a todos, ainda que em intensidades diferentes. A justificativa para esta precarização tem sido o acirramento da competição advinda com a mundialização do capital. A lógica emergente com o colapso do padrão de desenvolvimento norte-americano obrigou as empresas a buscarem novos mercados ao mesmo tempo em que procuram reduzir ao máximo seu custo para ampliarem a riqueza. Esta redução de custo significou a necessidade de aumentar a produtividade e, como consequência, a redução de trabalho, ou seja, desemprego. Assim, o aumento da riqueza se dá conjuntamente com a geração de desemprego crescente.

O trabalho remunerado será cada vez mais descontínuo e precário. Verifica-se o crescimento dos prestadores de serviço, pagos por tarefa, que não tem proteção social alguma e que estão expostos a todas as intempéries conjunturais e comerciais. As empresas dividem o risco do investimento com os trabalhadores, procurando reduzir o custo do trabalho e buscando uma maior liberdade de determinar o uso das condições e da remuneração do trabalho (flexibilização).

As mudanças tecnológicas ocorridas nos últimos anos do século XX tende, também, segundo Gorz, a desintegrar a classe operária. Por um lado, em nome da ética do trabalho, o capital procura ganhar uma elite de “colaboradores” e a massa se vê condenada ao trabalho precário ou a ficar excluída. Para o núcleo estável dos trabalhadores (os integrados) propõem-se uma flexibilidade funcional<sup>23</sup> e para os periféricos uma flexibilidade numérica<sup>24</sup>. O núcleo estável, em troca da segurança no emprego aceita uma mobilidade de curto prazo de ampliar as suas competências e de longo prazo de reciclar e modificar o plano de carreira. Aos periféricos espera-se facilidades para serem substituídos conforme as demandas de ocupações nos ciclos de produção.

Também, desconstrói o discurso prevalecente de que o novo trabalho signifique uma humanização do trabalho, afirmando que as políticas de ‘envolvimento do trabalhador’ com a empresa são exigências das novas técnicas produtivas. “A revalorização do trabalho, do ponto de vista empresarial, se funda em um cálculo racional: não se trata unicamente de vincular o trabalhador à empresa e integrar nela uma elite operária da qual não se pode prescindir, mas trata-se também de separar essa elite da sua classe de origem e das organizações de classe, conferindo-lhe uma identidade e uma dignidade social distinta” (Gorz, 1991, p. 95). Portanto, a segmentação desintegra o movimento sindical e o que havia de solidariedade e coesão social entre a classe trabalhadora. “Esta utopia e sua ética do rendimento, do esforço, do profissionalismo, carecem de todo conteúdo humanista em uma situação em que o trabalho já é a principal força produtiva e, em consequência, não há suficientes empregos permanentes para todos” (Gorz, 1991, p. 97). A ideologia do trabalho, neste momento encobre o egoísmo hiper-competitivo e o carreirismo, dos melhores (os que triunfam) e aos outros não há outra solução que culpar-se a si mesmos pela sua situação de precário ou desempregado. O trabalho não pode mais servir de fundamento para a integração social e identidade pessoal. Cria-se uma nova ideologia para justificar a situação atual, culpando os subsídios públicos, o sistema de proteção social e o não esforço individual das pessoas para conseguir a sua condição de “empregabilidade”.

---

(23) Flexibilidade funcional, pois refere-se a uma maior liberdade para a empresa determinar a alocação, a remuneração e o tempo de trabalho.

(24) Flexibilidade numérica relaciona-se a criação de mecanismos que facilitem o processo de demissão e contratações atípicas no mercado externo de trabalho. Facilitar a rotatividade dos periféricos.

Outra consequência do processo recente é uma diferenciação entre os integrados, que precisam trabalhar cada vez mais e os que se prestam a fazer os serviços para os integrados terem maior conforto ou tempo de consumo. Surge então na sociedade uma estratificação social, que havia sido abolida após a II Guerra Mundial, ou seja, uma divisão entre as duas classes de trabalhadores, os ocupados nas atividades econômicas sem tempo para atividades domésticas e os serviços, que não conseguem encontrar um meio de sobrevivência mais interessante<sup>25</sup>. O desenvolvimento dos serviços pessoais só é possível em um contexto de desigualdade social crescente, em que uma parte da população com atividades bem remuneradas obriga a outra parte a desempenhar o papel de servidor (Gorz; 1991, p. 202). Nesta, perspectiva, como já analisado, o próprio ócio, lazer e cuidados pessoais e familiares vão entrando no circuito da mercantilização.

Dada as mudanças, um dos traços fundamentais da sociedade atual é a insegurança<sup>26</sup>. A consciência da nossa condição comum a todos, não é mais aquela do “trabalhador”, mas a do precarizado que “trabalha” e já não “trabalha”, que exerce de forma descontínua múltiplos ofícios<sup>27</sup>.

Na mesma perspectiva Sennett (1998) identifica como característica fundamental da atual fase do capitalismo a instabilidade, a flexibilidade, a transitoriedade, o que desbanca antigos valores, como a integridade e o compromisso, impossibilitando que os trabalhadores alcancem uma identidade moral, o que provoca a indiferença de muitos como arma defensiva e afeta o seu caráter e sua concepção de mundo. Assim, as novas formas de produção, classificadas por Gorz de pós-fordista ou toyotista, significaram um retrocesso histórico, em que as relações sociais modernas foram substituídas por relações pré-modernas.

Contudo, a questão central destacada por Gorz, é que as mudanças são uma ponta das alterações mais profundas que tendem a abolir o trabalho assalariado e todo o sistema de sociabilidade construído tendo-o como base. Neste sentido, o trabalho perde a sua “centralidade”. Não será possível, na sua visão, estender a sociedade salarial para toda a humanidade, fundamentalmente porque é de sua natureza o caráter excludente<sup>28</sup>.

Por outro lado, a impossibilidade de estender a sociedade salarial está no limite ecológico para a disseminação do padrão de desenvolvimento norte-americano fordista. Não se pode pensar em reproduzir o mesmo padrão que se disseminou após o fim da II Guerra Mundial nos países industrializados. Este padrão, baseado na produção em massa, levaria a degradação acelerada do meio ambiente e, ademais, levaria a insustentabilidade da qualidade de vida nas cidades – sobretudo nos grandes centros urbanos – pois seria impossível para as administrações locais resolverem os

---

(25) As novas ocupações que mais cresceram nos anos recentes foram os empregos domésticos ou servidor pessoal. Por exemplo, nos EUA, em 1991, havia 14% dos ocupados em atividades domésticas, caracterizando uma situação similar do final do século XIX, quando na Grã-Bretanha entre 1851 e 1911 também tinha 14% pessoas neste tipo de ocupação. Uma massa crescente de pessoas se vê reduzida a disputar o “privilégio” de vender seus serviços pessoais a quem conserva rendas confortáveis. In: *Metamorfosis del trabajo*, op. cit.

(26) Ulrich Beck (2001), define a insegurança como sendo alto estrutural, pois vivemos em uma sociedade de risco.

(27) Cf. Neutzling (2001, p. 6-7).

28 No livro *Miserias del Presente, riqueza de lo posible*, indica que seria necessário criar 1 bilhão e 200 milhões de emprego até 2025 para empregar as pessoas que estarão entrando no mercado de trabalho.

problemas advindos de uma ordem baseada na expansão indiscriminada do consumo<sup>29</sup>. Portanto, o “trabalho como força de transformação e de apropriação e, sobretudo, de destruição está, igualmente em crise”<sup>30</sup>.

Em síntese, ele procura se contrapor-se a ética do trabalho buscando desconstruir o discurso hegemônico – por ele classificado de neoconservador - de que “trabalhar mais possa significar ter uma vida melhor”.

Na realidade, afirma que muitas das necessidades humanas não podem ser satisfeitas com maior produção, mas produzindo de outra maneira, outra coisa e até produzindo menos. Isto vale, em particular, para nossas necessidades de ar, água, espaço, silêncio beleza, tempo e contatos humanos. Em segundo lugar, tem a convicção de que a crise atual do emprego está relacionada com a profundidade da mudança tecnológica (revolução micro-eletrônica), que tem um efeito de economizar trabalho. Ou seja, há produção crescente com quantidade de trabalho decrescente. Em terceiro lugar, acha que a concorrência entre os trabalhadores, desencadeia uma *seleção neodarwinista*, como forma de perpetuar a ideologia do trabalho, responsabilizando a vítima pela sua desgraça.

## 5 Proposições de Gorz para a superação da sociedade salarial

Ao mesmo tempo em que Gorz tem uma avaliação extremamente crítica sobre o resultado das mudanças no mundo do trabalho e dos trabalhadores(as), vislumbra uma série de possibilidades, pois não trata só de superar a precarização e a crescente exclusão social, pois a sua crítica está na própria natureza do trabalho assalariado como expressão da racionalidade capitalista. É uma crítica a lógica do desenvolvimento das forças produtivas no capitalismo e ao seu processo de reificação de todas as relações sociais. Trata-se, portanto, de uma transformação radical não só na forma de distribuir o trabalho, mas também na forma de como devemos ou queremos viver em sociedade. A vida social precisa ser orientada por valores distintos dos valores econômicos, umas atividades distintas das que – funcionais, instrumentais, assalariadas – nos impõe os aparatos e instituições sociais, deveriam chegar a ser dominantes na vida de cada um. “Esta mudança da sociedade e da cultura exige de cada pessoa um trabalho sobre si mesmo, a qual pode ser incitado, porém nenhum estado, governo, partido ou sindicato pode fazer por ela” (Gorz, 1991, p. 288)<sup>31</sup>.

Neste sentido, vislumbra a possibilidade de a primeira vez na história moderna, o trabalho remunerado poderá deixar de ocupar a maior parte do tempo e da vida das pessoas e poderá, também, deixar de ser a principal fonte de identidade e inserção social. Inclusive exalta o “êxodo da sociedade do trabalho”, a morte desta sociedade que agoniza, a fim de construirmos outra sobre seus escombros. A manifestação de Gorz acentua a necessidade de que o trabalho deixe de ocupar um lugar central na consciência, no pensamento e na imaginação de todos. Não obstante, Gorz clama por uma reapropriação do trabalho por parte da sociedade, no sentido antropológico ou filosófico, do trabalho artístico ou dele como expressão de atividades autônomas de transformação da matéria

---

(29) Por exemplo, com cada cidadão possuindo um automóvel e utilizá-lo ao mesmo tempo que os demais.

(30) Cf. Neutzling (2001, p. 13).

31 Gorz, André. *Metamorfosis del trabajo*. p. 288.

e atividade prático-sensorial. Trata-se então, do fim do trabalho específico, próprio do capitalismo industrial, o trabalho remunerado, com predomínio do trabalho assalariado. É esse que agoniza, assim como toda a sociabilidade em seu entorno<sup>32</sup>. Portanto, o fim do trabalho constituído na modernidade no âmbito do capitalismo industrial é um imperativo para Gorz. Não por outro motivo, que a continuidade da existência do trabalho, precisamente, o trabalho constituído por seu sentido de realização, no sentido de “poiesis”, de criação e identificação do realizador para com sua obra, permanece numa sociabilidade para além da sociedade do trabalho tipicamente capitalista.

A questão coloca-se no âmbito da política, de superar a submissão da sociedade à racionalidade econômica. Nesta perspectiva propõe uma série de medidas que podem levar a superação da sociedade salarial. Destacaremos as mais significativas abaixo:

#### **a) Redução do tempo de trabalho: como forma de redistribuir o trabalho útil na sociedade**

Entende que os avanços tecnológicos são obra de toda a sociedade, portanto, como primeira medida propõe uma redistribuição útil do trabalho na sociedade<sup>33</sup>. A questão não é de “criar trabalho”, mas repartir melhor todo o trabalho socialmente necessário e toda a riqueza socialmente produzida. As relações sociais, os laços de cooperação, o sentido de cada vida serão produzidos, principalmente, pelas atividades que não valorizam o capital. *O tempo de trabalho deixará de ser o tempo social dominante*. Isto implica em que o trabalho seja emancipado da dominação do capital; que a pessoa humana possa se emancipar da dominação do trabalho para se realizar na diversidade de suas múltiplas atividades. A questão, numa palavra, consiste na possibilidade da autonomia das pessoas se desenvolver independentemente da necessidade que as empresas tem. Então, coloca a possibilidade de subtrair o poder do capital, do mercado, do econômico aos campos de atividade que se abrem no tempo liberado do trabalho. Na racionalidade econômica não há espaço para o tempo livre. Neste sentido, na sua visão, a luta pela redução da jornada só tem sentido se as pessoas não estiverem inteiramente dominadas pelo espírito capitalista e utilizem o tempo para viver a vida em todas as suas dimensões, o que implica no redescobrimento de valores não econômicos e não quantificáveis.

---

(32) “É preciso aprender a discernir as chances não realizadas que se vislumbram no presente. É preciso querer se apropriar destas chances, apoderar-se do que está mudando. É preciso romper com esta sociedade que morre e que não renascerá mais. É preciso ousar o êxodo. É preciso nada esperar dos tratamentos fortuitos da “crise”, pois não há crise: trata-se de um novo sistema que se instaura e que abole massivamente o “trabalho” Este novo sistema restaura as piores formas de dominação, servidão e exploração, constringendo a todos a se bater contra todos para obter este “trabalho” do qual o sistema abole as normas, a dignidade e o acesso. É preciso ousar querer o êxodo da “sociedade do trabalho”: esta sociedade não existe mais e não voltará mais. É preciso querer a morte desta sociedade que agoniza afim de que possa nascer uma outra sobre os seus escombros. É preciso aprender a distinguir os contornos desta sociedade nas resistências, no não funcionamento, nos impasses presentes na sociedade presente... É preciso um olhar diferente sobre o trabalho: não mais como algo que se tem ou não se tem; mas como aquilo que nos fazemos. É necessário ousar querer nos apropriar novamente do trabalho” (Gorz, 1998, p. 11).

(33) Boaventura Souza Santos (1999) fala em uma partilha democrática do trabalho, que implica em uma nova relação com a natureza e uma redistribuição do trabalho humano.

## **b) Trabalhar menos, melhor e de outra maneira**

A redução do tempo de trabalho deve vir acompanhada de dois objetivos inseparáveis:

- a) As pessoas trabalhem menos para poder desenvolver todas as suas potencialidades pessoais;
- b) As pessoas possam, em uma quantidade cada vez maior, realizar trabalhos qualificados e criativos, que permite uma evolução e uma renovação constante.

Neste sentido, o autor entende que é fundamental o desenvolvimento de outros tipos de atividades. As atividades auto-reguladas e auto-determinadas são as únicas capazes de conferir um sentido positivo às economias de trabalho que se derivam da revolução tecnológica em curso. Defende a possibilidade das pessoas possam realizar atividades, em que a esfera do trabalho não esteja separado da esfera da reprodução da vida. É o desenvolvimento do trabalho enquanto poeisis. Aposta na perspectiva de que uma auto-limitação no trabalho como forma de desenvolver uma auto-limitação do desejo de consumir.

## **c) o direito a um trabalho intermitente como forma de domínio do tempo**

Propõe não somente uma redução linear do tempo de trabalho anual, como defende a possibilidade de a pessoa ter trabalho descontínuo, intermitente, como exemplo trabalhar somente 6 meses ao ano<sup>34</sup>. Durante as pausas, as pessoas continuariam a ter o direito de uma renda plena de modo que possam abrir novos espaços às atividades sem fim econômico. Isto implica em um reconhecimento da dignidade e valor eminente destas atividades, seja para os indivíduos seja para a sociedade no seu conjunto.

## **d) Direito a uma renda básica vital**

A possibilidade de trabalhos descontínuos coloca a necessidade da garantia de uma renda básica vital para todos e todas, como forma de redistribuir a riqueza gerada na sociedade. Uma renda suficiente e incondicional para todos e todas, independente a sua inserção no trabalho assalariado<sup>35</sup>. Possibilitar que as pessoas possam viver sem necessariamente vender a sua força de trabalho e assim possam desenvolver outras dimensões da sua vida, florescer uma esfera crescente de vida comunitária, de cooperação voluntária e auto-organizada, de atividades auto-determinadas sempre mais extensas. Para que uma símile política de redução do tempo de trabalho possa redistribuir tanto o trabalho feito em vista de uma remuneração, quanto aquele doméstico de auto-sustento, de cuidado e de educação, a renda deverá cessar de depender da evolução do tempo de trabalho e da sua duração<sup>36</sup>.

---

(34) Cita como exemplo o caso da Dinamarca, que possibilita um ano sabático aos trabalhadores(as) para fazer qualquer atividade fora da vida profissional, recebendo 72% da sua remuneração.

(35) Aznar (1995) propõe um segundo cheque que seria percebido pelas pessoas como forma de compensar a possível redução de vencimentos com a redução jornada. Assim seriam distribuídos os frutos do crescimento da produtividade coletiva.

(36) Neutzling (2001).

Portanto, estaria garantido o direito de cada um ganhar a vida trabalhando, mas trabalhando menos e melhor, recebendo uma renda compatível com a sua sobrevivência em outros padrões de consumo. Assim, as pessoas estariam se redistribuindo os ganhos de produtividade possibilitado pelo avanço das forças produtivas e receberiam por inteiro a sua parte da riqueza socialmente produzida.

#### **e) Novos espaços de sociabilidade**

Na racionalidade econômica o dinheiro é a única compensação do tempo perdido. O ganhar dinheiro está orientado para participação da sociedade de consumo (shopping center). Em contraposição a essa lógica propõe a importância do florescimento de novos espaços de sociabilidades, de modos cooperados, pelos quais os laços sociais e da coesão da cidadania vão para além do trabalho assalariado e da compensação pelo consumo.

#### **f) A questão ecológica e o trabalho**

Mas a crítica da racionalidade econômica não diz respeito unicamente a uma reavaliação das relações entre os homens, tomando em conta a sua dimensão simbólica, mas ela leva igualmente a um reexame das relações entre o homem e a natureza. Portanto, por um lado, a superação da racionalidade econômica implica em subordina-la a racionalidade ecossocial e reorientará o sentido do desenvolvimento. Ao mesmo tempo, significa mudar de forma radical o estilo de consumo da sociedade ocidental, inclusive colocando auto-limite às “necessidades” criadas.

Enfim, a liberação do tempo de trabalho deve conduzir a substituição gradativa das relações mercantis por relações baseadas na reciprocidade. Para isso, é possível “organizar as instituições públicas de modo tal que se possa desenvolver todo tipo de auto-atividade, auto-abastecimento e ajuda mútua. Autarquia e elos de cooperação sinalizam uma direção sensata, na qual uma economia solidária pode se desenvolver. Em nenhum lugar está escrito que um trabalho deve servir apenas para ser vendido a um empregador, que dele se apropria. O capitalismo moderno conduziu à expropriação do trabalho e ao monopólio radical sobre os meios de trabalho. Como seria se as pessoas trabalhassem anualmente apenas seis meses e, nos outros seis, fizessem aquilo com que sonham?” (Gorz, 1998, p. 183).

Portanto, para Gorz, superar a sociedade do trabalho assalariado e construir uma sociedade sustentável, consiste “libertar o pensamento e a imaginação dos lugares comuns do discurso social dominante, ousando pensar as potencialidades de outras experiências exemplares que apostam, efetivamente, em outros modos de cooperação produtiva, de troca, de solidariedade, de vida. Trata-se de alargar ao máximo os espaços e os meios que permitem a produção de sociabilidades alternativas, de modos de vida, de cooperação e de atividades que se subtraem aos dispositivos do poder do capital e do Estado<sup>37</sup>”.

---

(37) Neutzling (2001). Cf. Gorz, André. *Miserias del presente, riqueza de lo posible*, p. 132-133.

## Considerações finais

A abordagem de André Gorz sobre a perspectiva de abolição do trabalho assalariado e a conseqüente perda da centralidade do trabalho na estruturação da sociedade contemporânea é extremamente percuciente, como também polêmica. Apesar da limitada discussão no Brasil, no cenário internacional tal tema aparece em farta produção nas últimas décadas.

Sem entrar no mérito desta polêmica, queremos destacar, o que nos parece, a contribuição central de Gorz para a reflexão sobre a ordem capitalista. Sua análise relativa à redundância do trabalho e ao predomínio da racionalidade econômica sobre todas as outras esferas da vida social, em um processo de crescente mercantilização da sociedade, mostra-se bastante adequada à compreensão dos mecanismos de reprodução da sociedade capitalista nas condições contemporâneas<sup>38</sup>.

Com efeito, o avanço da racionalidade econômica é algo estrutural desta sociedade, e por isso, deve ser elemento central daqueles que pretendem, como Gorz, fazer uma crítica profunda à sociabilidade capitalista. Dessa forma, sua reflexão contribui para a constituição de uma sociedade alicerçada sobre novas referências morais e éticas, para além da sociedade capitalista, capaz de garantir direitos universais, por meio de uma ordem econômica e social, que esteja a voltada para a plena incorporação social. Esse é o desafio exposto na reflexão de Gorz.

## Referências bibliográficas

- ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. *Dialética do esclarecimento*. São Paulo: Ed. Zahar, 1985.
- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. Campinas: Ed. Unicamp/Cortez, 1995.
- AZNAR, Guy. *Trabalhar menos para trabalharem todos*. São Paulo: Scritta, 1995.
- CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CASTEL, Robert. La fin du travail, un mythe démobilisateur. *Le Monde Diplomatique*, Sept. 1998.
- CASTEL, Robert. *Centralité du travail et cohésion sociale*. In KERGOT, J.; BOUTET, J.; JACOT, H.; LINHART, D. *Le monde du travail*. Paris: La Découvert, 1998.
- GORZ, André. Via para ir além da sociedade salarial. *CEPAT Informa*, Curitiba, n. 59, 2000.
- GORZ, André et al. *Divisão social do trabalho e modo de produção capitalista*. Porto: Escorpião, 1976.
- GORZ, André. *Adeus ao proletariado: para além do socialismo*. Tradução de Angela Ramalho Vianna e Sérgio Góes Paula. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.
- GORZ, André. *Capitalisme, socialisme, ecologie: desorientations, orientations*. Paris: Galilee, 1991.

---

(38) Uma das mais importantes reflexões sobre esse tema foi feita em Marcuse, Hebert. *A ideologia da sociedade industrial – o homem unidimensional*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

- GORZ, André. *Crítica da divisão do trabalho / textos de Karl Marx [et al.]*, escolhidos e apresentados por Andre Gorz. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- GORZ, André. *Metamorfosis del trabajo: crítica de la razón económica*. Madrid: Editorial Sistema, 1997 (1ª edição francesa, 1991).
- GORZ, André. *Misérias del presente, riqueza de lo posible*. México DF: Paidós, 1998.
- GORZ, André. O fim do trabalho assalariado. *Revista Lugar Comum*, Rio de Janeiro, Pós-graduação da Escola de Comunicação da UFRJ, n. 5-6, p. 179-189, 1998.
- GORZ, André. *O socialismo difícil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- MARCUSE, Hebert. *A ideologia da sociedade industrial – o homem unidimensional*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- MARX, Karl. *O Capital*. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- NEUTZLING, Inácio. *Sociedade do trabalho e sociedade sustentável*. São Leopoldo, RS: Unisimos, 2001. Mimeo.
- OFFE, Claus. *Capitalismo desorganizado*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1989.
- POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 1988. (1ª edição, 1944).
- RIFKIN, Jeremy. *O fim dos empregos*. São Paulo: Makron Books, 1995.
- ROSANVALON, Pierre. *Pour une nouvelle culture politique*. Paris: Le Seuil, 1977.
- SENNETT, Richard. *A corrosão do caráter*. Rio de Janeiro / São Paulo: Ed. Record, 1999.
- SILVA, Josué Pereira. O adeus ao proletariado” de Gorz, vinte anos depois. *Lua Nova*, São Paulo, Revista de Cultura e Política, n. 48, p. 161-174, 1999.
- SOUZA SANTOS, Boaventura. A redescoberta democrática do trabalho. *CEPAT Informa.*, Curitiba, n. 55, 1999.
- TEIXEIRA, Francisco José Soares. *Empregabilidade: passado imperfeito... Caminhando para o futuro?* Fortaleza, jun. 2000. Mimeo.